

Operação mãos limpas

JORNAL DE BRASÍLIA

14 NOV 1993

RUY BRETTAS

Embora scandalize a população e nos preocupe sobremaneira — mais ainda pelos seus desdobramentos —, as mazelas agora chegadas ao domínio público através da “CPI do Orçamento” (antes, os fatos eram objeto apenas de cochichos e revelação de bastidores), considero muito positivo para o País o trabalho que está fazendo tremer as bases do Congresso Nacional.

Irreversível e caminho já sem volta, as revelações ora feitas aos membros dessa nova CPI despertam na sociedade o mesmo sentimento que resultou no **impeachment** do presidente Collor: indignação.

Volta a campanha pela “ética na política”. O povo começa a movimentar-se e ameaça voltar às ruas. Liderado pelas entidades não-governamentais e pelos mais variados segmentos sociais. Inclusive por alguns políticos não comprometidos com o escândalo.

Cabe entretanto um alerta, já lembrado por alguns membros da CPI: é preciso separar o joio do trigo, mesmo que este já esteja também contaminado. Aplicar aos culpados a pena compatível com o delito por eles praticados e inocentar os inocentes (nada pior do que condenar um inocente).

A bandeira passa para as mãos do povo. É que ninguém mais poderá abraçá-la sozinho, porque agora a questão é muito maior. A dignidade e o sentimento nacionais foram, mais uma vez e acintosamente (Deus no meio), atingidos no seu cerne. No que tem de mais sagrado, que é o direito de ser respeitado.

Não bastarão, entretanto, a indicição e a punição dos culpados. É preciso encontrar e criar mecanismos de contenção ou pelo menos de inibição das práticas delituosas (gatuagem), no episódio identificadas como recebimento de vantagens (“comissões”) que escoam para os bolsos dos inescrupulosos e meliantes contumazes. Enquanto boa parcela da população brasileira (mais de 30 milhões, hoje) passa fome. Crianças em boa parte.

O mal na verdade é bem antigo e até já ultrapassou fron-

teiras. Na França, durante o governo militar, nossa embaixada foi colocada sob suspeita (a imprensa noticiou). Desprezada ou minimizada a notícia (propositadamente?), restou um único punido: justamente o adido militar, que ousou encaminhar um relatório às autoridades de Brasília. Vivíamos a época do “Brasil Grande Potência” (Itaipu Binacional, Ferrovia do Aço, Tucuruí, Angra I, II e III, Transamazônica e outras obras grandiosas), imaginado e tentado através de grandes empréstimos e financiamentos externos, cuja conta estamos agora pagando. A duras penas! Alguém acredita que as famosas “comissões” e os lobbies dos empreiteiros não existiram naquela época?

De há muito estamos reclamando por reformas. Amplas e profundas. Nas entranhas dos três poderes. Há mais pecadores do que santos atuando, aqui e ali, hoje, ontem e sempre. No Legislativo, no Executivo e no Judiciário. Todos têm boa parcela de “culpa no cartório”, como se fala entre o povo, erudito ou não.

Corruptos e corruptores, negligentes e omissos, chefes e subordinados, políticos ou não, empresário ou servidor público — todos, enfim, são passageiros do mesmo barco. É preciso evitar que ele naufrague.

Leio agora em João Paulo II (“O Esplendor da Verdade”, Edições Paulinas, pág. 130):

“Na questão da moralidade dos atos humanos, e particularmente na da existência dos atos intrinsecamente maus, concentra-se, de certo modo, a própria questão do homem, da sua verdade e das consequências morais que daí derivam”.

Reformas... reformas e mais reformas... Nos três poderes da República. Nossa lavagem interna, nossa “operação mãos limpas”.

Ainda que tardia!

■ Ruy Brettas é presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília